

NOTAS SOBRE A COMPETÊNCIA NA AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL

TEORI ALBINO ZAVASCKI *

Juiz do TRF – 4ª Região

Professor de Processo Civil na UFRGS

1. Execução fiscal

Execução fiscal é a que tem por objeto a cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública, ou seja, da União, dos Estados, do Distrito Federal e das suas respectivas autarquias. Tem disciplina procedimental própria, estabelecida na Lei nº 6.830, de 22-09-80. Constitui dívida ativa qualquer valor, cuja cobrança seja atribuída por lei às entidades de que trata o art. 12, acima referidas (§ 12 do art. 22), compreendendo a dívida tributária e a não-tributária (§ 22 do art. 22). O título executivo que embasa a demanda é a Certidão de Dívida Ativa, que "cônterá os mesmos elementos do Termo de Inscrição" (§ 62 do art. 22), ato pelo qual a autoridade administrativa, em procedimento próprio, documenta a liquidez e certeza do crédito (§§ 32 a 62 do art. 22).

"Execução fiscal" é, pois, execução para cobrança de quantia certa. Não pode ser considerada como tal a execução para entrega de coisa, ou de obrigação de fazer ou de não fazer, cuja disciplina de competência é a geral, prevista nos arts. 575 e 576 do CPC, mesmo quando figurar como exeqüente a Fazenda Pública.

A Lei nº 6.830, de 22-09-80, não tratou da competência de juízo, salvo para estabelecer que "a competência para processar e julgar a execução da dívida ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário" (art. 52), estendendo, desse modo, para o crédito *não tributário* da Fazenda Pública, um assegurado ao crédito tributário pelo



* Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 08/05/2003.
ZAVASCKI, Teori Albino. Notas sobre a competência na ação de execução fiscal. **Ajuris**, v.25, n.73, p.348-359, jul. 1998.

art. 187 do Código Tributário Nacional.

Assim, a competência para a execução da dívida ativa tem sede normativa fundamental no art. 578 do CPC, do seguinte teor: "Art. 578. A execução fiscal (art. 585, VI) será proposta no foro do domicílio do réu; se não o tiver, no de sua residência ou no lugar onde for encontrado. Parágrafo único. Na execução fiscal, a Fazenda pública poderá escolher o foro de qualquer um dos devedores, quando houver mais de um, ou o foro de qualquer dos domicílios do réu; a ação poderá ainda ser proposta no foro do lugar em que se praticou o ato ou ocorreu o fato que deu origem à dívida, embora nele não mais resida o réu, ou, ainda, no foro da situação dos bens, quando a dívida deles se originar." É dispositivo que reproduz o art. 32 do Decreto-Lei nº 960, de 1938 (Art.3º. A ação será proposta no foro do domicílio do réu; se não o tiver, no de sua residência, ou no do lugar onde for encontrado. Parágrafo único. A Fazenda poderá escolher o foro, quando houver mais de um réu, ou quando este tiver mais de um domicílio; bem assim propor a ação no foro do lugar em que se praticou o ato ou ocorreu o fato que deu origem à dívida, embora nele não mais resida o réu ou, ainda, no foro da situação dos bens, quando a dívida deles se originar), e que não constava do anteprojeto do Código. Sua inserção, por emenda legislativaⁱ, transcrevendo quase literalmente a regra de 1938, explica a reiterada utilização da palavra "réu" em lugar de "devedor", que é como normalmente o CPC designa o sujeito passivo da relação processual de execução.

2. Regra geral da competência para a execução fiscal

O art. 578 estabelece, em relação à competência para a execução fiscal, regras semelhantes às do art. 94 e seus parágrafos, disciplinadoras da competência territorial no processo de conhecimento. Será competente o foro do domicílio do demandado (reproduz o art. 94, *caput*); e se o demandado tiver mais de um domicílio, a ação poderá ser

proposta no foro de qualquer um deles (reproduz o § 12 do art. 94). Há uma pequena diferença de tratamento para a situação em que o demandado não tem domicílio conhecido: segundo o art. 578, *caput*, a ação de execução, neste caso, será proposta no foro da residência ou no do lugar onde for encontrado o devedor; já o § 22 do art. 94 estabelece que "sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele será demandado onde for encontrado ou no foro do domicílio do autor".

É também semelhante ao do processo de conhecimento o regime competencial da execução fiscal em que há litisconsórcio passivo: a Fazenda Pública poderá escolher o foro de qualquer um dos litisconsortes. É o que dispõe o § 4º do art. 94. O parágrafo único do art. 578 estabelece, ainda, duas opções para o Fisco: ajuizar a execução (a) "no foro do lugar em que se praticou o ato ou ocorreu o fato que deu origem à dívida" ou (b) "no foro da situação dos bens, quando a dívida deles se originar". São, como se disse, opções em favor do Fisco, que as adotará, ou não, conforme suas conveniências¹.

3. Foros preferenciais e foros eletivos concorrentes

Do que dispõem o art. 578 e seu parágrafo, verifica-se que a competência territorial para a ação de execução fiscal segue ordem de preferência assim estabelecida: a) foro do domicílio do executado; impossibilitada essa hipótese; b) foro da sua residência; e, finalmente, frustrada também essa opção; e c) foro do lugar onde o devedor for encontrado². Em caso de pluralidade de domicílios ou de pluralidade de devedores, dispõe o Fisco da faculdade de ajuizar a ação no foro de qualquer um deles.

¹. Cândido Dinamarco, "Execução Civil", 6ª ed., SP, Malheiros, 1998, p. 230.

². Alcides de Mendonça Lima, "Comentários ao Código de Processo Civil", 6ª ed., AJ, forense, p. 199.

Por outro lado, como alternativa para todas as opções acima, reserva-se ao Fisco a faculdade de eleger ou o foro do lugar em que se praticou o ato, ou o do lugar em que ocorreu o fato que deu origem à dívida, ou, ainda, o foro da situação dos bens de que a dívida se originou.³ Daí se conclui que "o devedor" - o 'réu' - não tem assegurado o direito de ser executado no foro de seu domicílio, salvo se nenhuma das espécies do parágrafo único se verificar".⁴

O privilégio da Fazenda Pública não vai a ponto de permitir que lei de organização judiciária fixe em Vara privativa situada na Capital do Estado a competência para todas as causas, inclusive aquelas de competência territorial de comarca do interior. Conforme decidiu o Superior Tribunal de Justiça, "o Estado-membro não tem foro privilegiado, mas juízo privativo (Vara especializada), nas causas que devem correr na comarca da Capital. Quando a Fazenda for autora, ré ou interveniente nas causas pertencentes à competência territorial de qualquer outra comarca, não pode a lei de organização judiciária atrair causas para o foro da Capital (arts. 94, 99 e 100, IV, a, do CPC)".⁵ No mesmo sentido é a orientação da Súmula nº 206 daquela Corte: "a existência de Vara privativa, instituída por lei estadual, não altera a competência territorial resultante das leis de processo".

4. Natureza da competência

A competência de que trata o art. 578 é territorial e, portanto, relativa. Por isso mesmo (a) não pode ser declinada de ofício⁶, (b) está

³ STJ, CC 13.641, 1ª Seção, Min. César Asfor Rocha, DJ, de 20-11-95, p.39.551; Milton Flaks, "Comentários à Lei da Execução Fiscal", São Paulo, Forense, 1981, p. 164.

⁴ Alcides de Mendonça Lima, "Comentários", cit., p. 201.

⁵ STJ, Rec. Esp. Nº 50.295, 1ª Turma, Min. Milton Luiz Pereira, DJ, de 02-10-95, p. 32.330. No mesmo sentido: Rec. Esp. nº 67.345, 1ª Turma, Min. Demócrito Reinaldo, DJ, de 02-09-96, p. 31.025.

⁶ Súmula nº 33 do STJ: "A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício."

sujeita a ser modificada por conexão ou continência (CPC, art. 102), (c) fica prorrogada se não houver exceção, declinatória de foro (CPC, art. 114) e (d) vincula-se ao princípio da *perpetuatio jurisdictionis* de que trata o art. 87 do CPC⁷. Quanto ao último aspecto, dispõe a Súmula nº 58 do STJ que, "proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado não desloca a competência já fixada"⁸.

5. Execução fiscal da Fazenda Pública Federal

A ação de execução fiscal promovida pela Fazenda Pública Federal é da competência da Justiça Federal, por força do que estabelece o art. 109, I, da Constituição. Trata-se de competência absoluta, que não pode ser prorrogada por continência ou por conexão, nem reduzida ou ampliada por via legislativa de menor hierarquia, salvo nos casos admitidos expressamente pela Carta Constitucional.

Segundo dispõe o art. 15, I, da Lei nº 5.010, de 30-05-66, nas comarcas do interior onde não funcionar Vara da Justiça Federal, os Juizes estaduais são competentes para a execução promovida contra devedor que ali estiver domiciliado. Esse dispositivo, que importa delegação de competência federal para a Justiça Estadual, tem sua legitimidade assegurada pelo § 32 do art. 109 da Constituição, que permite ao legislador ordinário o estabelecimento dessa espécie de delegação quando a comarca "não seja sede de Vara do Juízo Federal".

O Juiz estadual, no caso, atua como Juiz federal, de modo que o recurso interposto de suas decisões e sentenças "será sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do Juiz de 1º grau" (§ 42 do art. 109 da Constituição).

Interpretação equivocada do art. 15, I, da Lei nº 5.010, de 30-

⁷ STJ, CC 17875, 1º Seção, Min. Ari Pargendler, DJ, de '29-10-96, p. 41.564.

⁸ A Súmula nº58 do STJ é de teor idêntico ao da Súmula nº 189 do extinto TFR.

05-66, levou certos julgados a ver nele, não um dispositivo de simples *delegação* de competência, mas, sim, uma regra de *fixação* de competência.ⁱⁱ Ou seja, o devedor do Fisco Federal teria, por força daquele dispositivo, o direito de ser executado no foro da comarca em que estiver domiciliado. Ora, esse entendimento é incompatível com as prerrogativas previstas no parágrafo único do art. 578 do CPC, que, conforme se viu, foram estabelecidas em favor da Fazenda exeqüente. Ademais, poderia levar a um resultado estranho: se o devedor tem domicílio em local onde não funcione Vara federal, a execução deverá ser proposta perante o Juiz estadual da comarca, sem outra opção para o exeqüente; mas, se no domicílio do devedor funcionar Vara federal, a execução seguirá a regra de competência do art. 578 e seu parágrafo, de modo que a Fazenda, nessa hipótese, teria também a opção de, por sua conveniência, escolher o lugar do ato, ou do fato ou dos bens. Como se percebe, o resultado dessa interpretação evidencia não ser ela a mais adequada, pois implicaria mudança de regime competencial em razão de circunstância absolutamente secundária e irrelevante: o devedor teria direito de ser executado no foro do seu domicílio somente quando a comarca não fosse servida por Vara federal; nos demais casos, não.

Interpretação sistemática permite dar aos dispositivos conteúdo harmônico, com o seguinte resultado: ao Fisco Federal aplicam-se, como ao Estadual e ao Municipal, as prerrogativas de escolha dos foros eletivos concorrentes previstos no parágrafo único do art. 578 do CPC, sendo que, se optar pelo foro do domicílio do executado e, se ali não funcionar Vara federal, competente será, por delegação, o Juiz estadual da comarca, a teor do art. 15, I, da Lei nº 25.010, de 1966.

6. Limites da delegação da competência federal para Juiz estadual

A delegação de competência estabelecida no art. 15, I, da Lei nº 25.010, de 1966 deve ter interpretação estrita, sob pena de

comprometimento do princípio da indelegabilidade da função jurisdicional. Ela abrange unicamente "os executivos fiscais da União e de suas autarquias, ajuizadas contra devedores domiciliados nas respectivas comarcas".

Assim, se a delegação é cabível apenas para o Juiz estadual da comarca em que o devedor tem *domicílio*, não se pode estendê-la para as demais situações previstas no art. 578 do CPC. Não se pode estendê-la para o Juiz estadual da comarca em que o devedor tenha apenas *residência*, nem para o da comarca onde ele for *encontrado*, nem para o do lugar em que se praticou o *ato* ou ocorreu o *fato* que deu origem à dívida fiscal, ou o da *situação dos bens*, quando a dívida deles se originar. Em outras palavras, se o devedor não tiver *domicílio* na comarca, a ação de execução deverá necessariamente ser proposta perante Vara da Justiça Federal.

No conceito de "executivo fiscal" não se enquadram senão as execuções para cobrança de quantia certa. Fogem à regra de delegação as execuções propostas pela Fazenda Pública Federal para obter prestação de entrega de coisa ou prestação de fazer ou de não fazer.

As empresas públicas não integram a Fazenda pública. Embora seu capital pertença ao poder Público, são, na verdade, pessoas jurídicas de direito privado, estando sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas. Conseqüentemente, a execução dos títulos extrajudiciais de empresa pública não é "execução fiscal", não podendo valer-se da regra de delegação.

Há comarcas cuja base territorial abrange mais de um Município, um deles servindo como sede, podendo nos outros, eventualmente, funcionar Vara distrital. Nesse caso, se no Município-sede da comarca houver Vara federal, não será cabível a delegação, nem mesmo ao Juiz da Vara distrital do local em que domiciliado o devedor.

Conforme reiterado entendimento do Superior Tribunal de Justiça, "a Vara distrital na circunscrição territorial da comarca com sede em outro Município, na organização judiciária, não se distingue como comarca para a previsão constitucional de competência federal delegada (art. 109, § 32, da CF)".⁹

7. Competência para as ações vinculadas à execução fiscal proposta pela Fazenda Federal

Pela sua peculiar natureza, a ação de execução se destina a promover atos concretos de transformação da realidade. Nela, em regra, não há juízo sobre a existência do direito representado pelo título executivo ou, mesmo, sobre a legitimidade dos atos de execução. Quem tiver interesse em opor-se à execução ou de contestar a legitimidade dos atos nela praticados, deverá fazê-lo em ação paralela, de embargos. Por outro lado, a Fazenda Pública dispõe, como instrumento para garantir a efetividade da execução, da ação cautelar fiscal, regida pela Lei nº 2.839/73, de 06.01.92, além das medidas cautelares específicas do CPC.

Ora, a autonomia da ação de embargos - seja ela proposta pelo devedor (embargos do devedor) ou por terceiro (embargos de terceiro) -, bem como da ação cautelar, traz à baila a questão de se saber se a delegação de que trata o art. 15, I, da Lei nº 5.010, de 1966, abrange também estas ações paralelas. Entendemos que sim. Quebraria toda a lógica do sistema processual distribuir a juízos diferentes a competência para a "ação" e a competência para a "oposição". Afinal, a oposição mediante ação autônoma, ao invés de ser por resposta na mesma relação processual, é artifício técnico¹⁰ que não pode, certamente, comprometer a unidade lógica e inseparável entre pedido e defesa. Também não teria sentido algum que o Juiz competente para a penhora

⁹ STJ, CC 18.815, 1ª Seção, Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ, de 28-04-97; CC 5.903, 1ª Seção, Min. Milton Luiz Pereira, RSTJ 66:42.

não tivesse, igualmente, competência para eventual arresto cautelar preparatório àquele ato. Assim, por imposição do sistema, é de se entender que o Juiz de direito ao qual for delegada competência para a ação de execução, será também competente para as ações decorrentes e anexas a ela.

A jurisprudência a respeito do tema, inclusive do Superior Tribunal de Justiça, conforta o mesmo entendimento, notadamente em relação à competência para a ação de embargos do devedor e para a ação cautelar fiscal.¹¹ O mesmo não ocorre em relação aos embargos de terceiro, havendo precedente no sentido de conceder-lhes da competência do Juiz da execução.¹² e precedente em sentido contrário.¹³ A vingar esse último entendimento - de que a competência não é do Juiz da execução - estabelecer-se-ia a estranha e assistemática situação em que um seria o juízo para promover os atos de execução e outro o competente para processar e julgar os embargos de terceiro interpostos contra os mesmos atos.

Não se podem confundir os embargos de terceiro interpostos nas circunstâncias acima referidas com os embargos de terceiro interpostos por pessoa jurídica de direito público federal relativamente à execução entre particulares, de competência da Justiça Estadual. São situações inteiramente diversas. Num caso, o ente federal é *parte na própria execução*, o que fixa a competência da Justiça Federal, atuando o

¹⁰ Ovídio A. Baptista da Silva, "Curso de Processo Civil", 3ª ed., SP, Ed. Revista dos Tribunais, 1998, 11/32".

¹¹ - STJ, CC 10.906, 1ª Seção, Min. César Asfor Rocha, DJ, de 21-11-94.

¹² TRF – 4ª Região, CC 89.04.09356, Juiz Paim Falcão, DJ, de 05-09-90, com a seguinte ementa: "processo civil. Execução fiscal. Embargos de terceiro. Art. 1.049 do CPC. 1. Execução fiscal proposta pela Fazenda Nacional na Justiça Estadual de comarca onde não funciona Vara federal, na forma do que dispõe o art. 109, § 32, da Constituição Federal e o art. 15, I, da Lei nº 5.010/66. 2. Conforme estabelece o art. 1.049 do CPC, o Juízo Estadual será o competente para julgar os embargos de terceiro, sempre que objetivarem desconstituir penhora por ele determinada. 3. Conflito de competência julgado procedente."

¹³ STJ. CC 1.750, 1ª Seção, Min. Ilmar Galvão, DJ, de 25-11-91, p. 17.036.

Juiz do Estado como se Juiz federal fosse. No outro, a competência para a execução é da Justiça Estadual, sendo que a pessoa de direito público federal intervém como *parte nos embargos de terceiro*. Ora, não se tratando de execução proposta pela Fazenda pública Federal, não há como aplicar a esta segunda hipótese a regra de delegação prevista no art. 15, I, da Lei nº 2 5.010, de 1966, razão pela qual a competência para esses embargos de terceiro se desloca para a Justiça Federal, por incontornável imperativo da Constituição.

8. Natureza da competência federal delegada

O exame da natureza - absoluta ou relativa - da competência delegada com base no art. 109, § 32, da Constituição e do art. 15, I, da Lei nº 5.010, de 1966, deve ser procedido à luz de duas distintas situações. Se o Fisco promover a execução perante *Vara federal de localidade* onde o devedor não está domiciliado - e não perante o Juiz estadual da comarca de seu domicílio - a hipótese será de competência relativa. Com efeito, entre o Juiz federal e o Juiz estadual do domicílio do devedor (também investido de jurisdição *federal*) há competência estabelecida por critério territorial. Não será possível declinação de ofício, prorrogando-se a competência se não for oposta a exceção *declinatoria fori* pelo executado. Nesse sentido, é firme a jurisprudência.¹⁴

Todavia, se a execução fiscal for proposta perante juízo *estadual* de comarca *onde não tenha domicílio o devedor*, configurar-se-á hipótese de incompetência *absoluta*, já que, nesse caso, o Juiz *estadual* não estará investido de jurisdição federal. A incompetência não será meramente territorial; será, isto sim, funcional, ofensiva ao art. 109 da Constituição. *Impõe-se*, neste caso, a declinação de ofício, já que não há

¹⁴ STJ, CC 1.749, 1ª Seção, Min. Iomar Galvão, DJ, de 26-09-91; STJ, CC 6.20,6, 1ª Seção, Min. Milton Luiz Pereira, DJ, de 21-02-94, p. 2.080; TFR, 1ª Região, CC 26.751, 2ª Seção, Juiz 'Mario Cesar Ribeiro, DJ, de 23-09-96, p. 70.711; TRF, 4ª Região, CC

como prorrogar-se competência em favor de juízo materialmente incompetente.¹⁵

9. Execução por carta, da Justiça Federal pela Justiça Estadual

Outra hipótese de delegação de competência da Justiça Federal para a Estadual, cujo assento de legitimidade é também o § 3º do art. 109 da Constituição, é o da execução por carta. Segundo dispõe o art. 1.213 do CPC, "as cartas citatórias, probatórias, executórias ou *cautelares*, expedidas pela Justiça Federal, poderão ser cumpridas nas comarcas do interior pela Justiça Estadual". Portanto, também na execução fiscal, quando os atos executivos devam ser praticados em local que não seja sede de Vara federal, permite-se a execução por carta precatória de Juiz *federal* para Juiz *estadual*. Nesse caso, investido o Juiz estadual de jurisdição federal, seus atos estarão sujeitos a recurso para os Tribunais Regionais Federais, por força do que determina o § 4º do art. 109 da Constituição¹⁶. Entendimento em sentido contrário (atribuindo aos tribunais estaduais a competência recursal nas mencionadas hipóteses), adotado em julgados do Superior Tribunal de Justiçaⁱⁱⁱ, não se mostra compatível com o princípio da indelegabilidade da competência funcional, notadamente à de 2º grau. Não há, na Constituição, nem por exceção, hipótese de delegabilidade da função jurisdicional dos tribunais.

O mesmo princípio da indelegabilidade impõe, ainda, as seguintes consequências: na execução por carta expedida com base no

21.137, 1ª Seção, Juiz Garfos Sobrinho, DJ, de 25-09-96, p. 72.189; TRF, 4ª Região, CC 42.503, 2ª Seção, Juíza Sílvia Goraieb, DJ, de 11-12-96, p. 96.114.

¹⁵ TRF, 4ª Região, AC 94.04.08485, 2ª Turma, Juiz Teori Albino Zavascki, RTRF-4ª 19:346

¹⁶ Nesse sentido: TRF, 41 Região, AI 96.04.07635, 51 Turma, Juiz Teori Albino Zavascki, DJ, de 26-06-96, em cuja ementa constou que "o art. 1.213, do CPC, atribui à Justiça Estadual o cumprimento de cartas precatórias, expedidas pela Justiça Federal, que devam ser cumpridas 'nas comarcas do interior', ou seja, nas comarcas que não sejam sede de Vara federal. Trata-se de hipótese de competência delegada, prevista no art. 109, § 3º, da Constituição, de modo que, das decisões prolatadas pelo juízo deprecado, 'o recurso cabível será sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do Juiz de 1º grau' (§ 4º do art. 109 da CF)".

art. 1.213 do CPC pela Justiça Federal para a Estadual, os embargos à execução serão sempre de competência do juízo deprecante, mesmo quando versarem unicamente sobre vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação dos bens. Inaplicável aqui, ante o comando constitucional superior, a regra de competência estabelecida na parte final do art. 747 do CPC. Também serão da competência do Juiz federal os embargos de terceiro, mesmo que a apreensão do bem tenha sido ordenada pelo Juiz deprecado, não se aplicando ao caso, pela mesma razão acima apontada, a regra do art. 1.049 do CPC.¹⁷

10. Conclusões

São as seguintes as principais conclusões do afirmado: I) - a teor do que dispõem o art. 578 e seu parágrafo do CPC, a competência territorial para a ação de execução fiscal segue ordem de preferência assim estabelecida: (a) foro do domicílio do executado; (b) foro da sua residência; e (c) foro do lugar onde o devedor for encontrado; II) - em caso de pluralidade de domicílios ou de pluralidade de devedores, dispõe o Fisco da faculdade de ajuizar a ação no foro de qualquer um deles; III) - como alternativa para todas as opções acima, tem o Fisco a faculdade de eleger ou o foro do lugar em que se praticou o ato, ou o do lugar em que ocorreu o fato que deu origem à dívida, ou, ainda, o foro da situação dos bens de que a dívida se originou; IV) - a competência prevista no art. 578 do CPC é relativa, e não absoluta, razão pela qual não é declinável de ofício, pode ser prorrogada por continência ou conexão e está sujeita ao princípio da *perpetuatio jurisdictionis*; V) - nas comarcas do interior onde não funcionar Vara da Justiça Federal, os Juizes estaduais são

¹⁷ STJ, CC 6.609-3, 21 Seção, Min. Waldemar Zveiter, DJ, de 21-03-94, p. 5.430; CC 17.713, 21 Seção, Min. Cesar Asfor Rocha, DJ, de 16-06-97. No STF, na vigência da Constituição de 1969, a jurisprudência também afirmava: "Não pode a legislação ordinária (art. 1.049 do CPC) criar exceção a princípio constitucional - como o é o inc. I do art. 125 da Emenda Constitucional nº 1/69 -, que diz respeito à denominada competência de jurisdição (que é absoluta), e que se não se aplica aos casos nele

competentes para a execução promovida pelo Fisco Federal contra devedor que ali estiver domiciliado, conforme regra de delegação prevista no art. 15, I, da Lei nº 5.010, de 1966, cuja interpretação sistemática com o CPC, importa o seguinte resultado: ao Fisco Federal aplicam-se, como ao Estadual e ao Municipal, as prerrogativas de escolha dos foros eletivos concorrentes previstos no parágrafo único do art. 578 do CPC, sendo que, se optar pelo foro do domicílio do executado e se ali não funcionar Vara federal, competente será, por delegação, o Juiz estadual da comarca; VI) - a Justiça Estadual competente, por delegação, para a ação de execução fiscal proposta pela Fazenda Federal, o será também para as ações decorrentes a ela vinculadas (embargos de devedor, ação cautelar fiscal e embargos de terceiro); VII) - as cartas precatórias executórias, da Justiça Federal para a Justiça estadual, investem o Juiz estadual de competência delegada, hipótese em que (a) o recurso contra atos praticados no juízo deprecado será de competência do Tribunal Regional Federal e (b) os embargos à execução, os embargos de terceiro e outras ações relacionadas com a execução, ou decorrentes dos atos executivos, mesmo que praticados pelo juízo deprecado, serão da competência do juízo federal deprecante.

ⁱ Alexandre de Paula, "Código de Processo Civil Anotado", 4Q ed., São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1988, 111/2.091.

ⁱⁱ Nessa linha de entendimento é a Súmula nº 40 do TFR: "A execução fiscal da Fazenda Pública Federal será proposta perante o Juiz de direito da comarca do domicílio do devedor, desde que não seja ela sede de Vara da Justiça Federal".

ⁱⁱⁱ STJ, CC 12.466, 11 Seção, Min. Milton Luiz Pereira, DJ, de 05-06-95, p. 16.609, em cuja ementa se lê que "o cumprimento de precatória expedida pela Justiça Federal, por si, não investe o Juiz Estadual de competência delegada (art. 109, I, da CF). Os simples atos procedimentais e as decisões versando a fixação de honorários de perito, vícios ou defeitos de penhora e quanto à avaliação de bens são decisões da competência do Juiz de Direito deprecado, com apreciação recursal pela Corte Estadual".

expressamente excepcionados" (RE nº 88.688, 21 Turma, Min. Moreira Alves, "RT J" 96:217).

